POLÍTICA EDUCACIONAL NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO: IDEAIS ILUMINISTAS E A OBRIGATORIEDADE DE ENSINO (1836-1886)

Ariadny Bezerra

RESUMO

Tem como objeto de pesquisa a circularidade de pressupostos e discursos utilizados por diferentes agentes responsáveis pela política educacional da Província do Espírito Santo, no Brasil, no século XIX, para a defesa da obrigatoriedade de ensino e de uma concepção pedagógica que propunha contribuir para a formação do que se denominava "nova proposta" no campo da Educação. Perscruta debates travados a partir desses discursos, fundamentados em ideários iluministas burgueses europeus que concebiam a educação escolar como um veículo transmissor de um "novo pensamento" e idealizavam a escola como instituição fundamental para a formação do homemmoderno. O estudo indaga comoesses discursos influenciaram, no século XIX, a formação de um sistema local de instrução, em um contexto no qual o Brasil se mantinha como um país imperial, escravista estruturado em hierarquias mantenedoras de exclusões e desigualdades sociais. Para isso, analisa fontes documentais da Instrução Pública da Província do Espírito Santo, como Relatórios da Diretoria e da Inspetoria Geral da Instrução Pública, destinados aos Presidentes de Estado e os Regulamentos da Instrução Pública da Província do Espírito Santo. Dialoga com as fontes a partir de procedimentos formulados pelo "método regressivo" proposto por Marc Bloch (2001) e o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (2002), procurando delimitar, processos de escolarização ocorridos no Espírito Santo para melhor problematizar a singularidade e a pluralidade de discursos e práticas, bem como os "sujeitos ordinários" (CERTEAU, 2002), envolvidos nesse processo. Conclui que os discursos tensionados pelos agentes educacionais locais, que defendiam a formação de indivíduos esclarecidos, conscientes de direitos e deveres, se tornaram basilares para o estabelecimento de leis e regulamentos que nortearam a legitimação da educação como pública e obrigatória, deslegitimando da educação doméstica, estimulando o crescimento de um sistema escolar sustentado por uma intervenção cada vez maior do Estado nos assuntos educacionais,assim como trouxeram à tona discussões que problematizavam práticas, métodos, materiais e estratégias utilizadas nas escolas visando modificar as concepções acerca do próprio papel da escola capixaba do século XIX. E ainda, que a concepção escolar burguesa que subsidiou esses discursos, muitas vezes, conflitava com a configuração política imperial brasileira e espírito-santense oitocentista caracterizando esse período como paradigmático no que tange a transição e efervescência de ideais conflituosas sobre a educação na Província do Espírito Santo que deixou a Educação capixaba marcada por uma profunda ambiguidade: deixa-se guiar pela ideia de liberdade, mas efetua também uma exata e constante ação do governo, pretende libertar o homem e a sociedade, mas tende a moldar profundamente o indivíduo segundo modelos sociais de comportamento, com o intuito de propagar e definir conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar,

que visavam muito mais controlar e conformar a população instigando sentimentos de pertencimento à nação.